

Exílio, escravidão e representatividade: uma análise de *O crime do cais do Valongo*

Exile, slavery and representativeness: an analysis of *O crime do cais do Valongo*

Bruno Henrique Souza Silva

Universidade Estadual de Maringá

Lucia Osana Zolin

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Bruno Henrique Souza Silva

Graduação em Direito pela Universidade Paranaense (Unipar), Especialização em Direito Previdenciário pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (Faveni). Atualmente, é mestrando em Letras na Universidade Estadual de Maringá (UEM). <https://orcid.org/0009-0005-9047-2929>

Lucia Osana Zolin

Graduação em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (1987), mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1994), doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007). <https://orcid.org/0000-0002-8874-0251>

Recebido em:
31/07/2022

Aceito em:
13/09/2023

NOVEMBRO/ 2023
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)
ISSN 0103-6858
P. 113-122

RESUMO

O presente trabalho pretende refletir sobre a forma como experiências tais quais o exílio, a escravidão e o silenciamento são representados no romance *O crime do cais do Valongo*, da autora brasileira Eliana Alves Cruz (2018), a partir da análise de conceitos como exiliência, desenvolvido por Alexis Nouss (2016), e das reflexões acerca da temática do exílio, problematizadas por Edward Said (2003). Além disso, tomando como norte pesquisas sobre a participação feminina na literatura contemporânea, executadas pela professora Lúcia Osana Zolin, buscou-se ainda problematizar questões como a representatividade e o espaço ocupado pelos negros na produção literária e no mercado editorial brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE

Exílio. Escravidão. Silenciamento. Representatividade. Literatura

ABSTRACT

This work aims to reflect on how experiences such as exile, slavery and silencing are represented in the novel *O crime do cais do Valongo*, by Brazilian author Eliana Alves Cruz (2018), based on analysis of concepts such as *exilience*, developed by Alexis Nouss (2016), and reflections on the theme exile, discussed by Edward Said (2003). In addition, based on research on female participation in contemporary literature, carried out by professor Lucia Osana Zolin, it also sought to problematize issues such as representation and the space occupied by black people in literary production and in the Brazilian publishing market.

KEYWORDS

Exile. Slavery. Silencing. Representativeness. Literature

1. Introdução

Na esteira das diversas crises migratórias vivenciadas nas últimas décadas, com especial destaque para aquelas que eclodiram em anos recentes, sejam impulsionadas por conflitos bélicos, como a guerra civil síria, e o terrorismo do Estado Islâmico, seja por questões políticas, no caso da catástrofe econômica venezuelana, o fantasma do exílio - aqui tomado, entre outras formas, a partir do conceito de *exiliência*, neologismo cunhado pelo pesquisador francês Alexis Nouss (2016), que “designa certa condição existencial inerentes às experiências de sujeitos migrantes, tomados no sentido ontológico (ser exilado), histórico e político” (ZOLIN, 2021) - voltou a assombrar a vida de milhões de pessoas mundo afora.

As experiências exílicas fazem parte da história humana desde seus primórdios, e encontram-se documentadas nos meios os mais célebres, como a Bíblia Sagrada, a exemplo do exílio a que foram sujeitos os hebreus no antigo Egito. Na história recente, eventos como as duas Grandes Guerras Mundiais, os terríveis expurgos stalinistas na extinta URSS, os conflitos político/religiosos no Oriente Médio e, apenas para citar um exemplo mais próximo de nossa realidade, as obscuras ditaduras militares que tiveram lugar em toda a América Latina a partir da segunda metade do século XX, inclusive no Brasil, são somente alguns dos episódios que levaram centenas de milhões de pessoas a experimentarem tal condição.

Há, no entanto, no caso brasileiro, um outro exemplo de experiência exílica que, muito embora não tenha ocorrido exclusivamente em terras tupiniquins, abriu por aqui uma infinidade de chagas que até hoje não cicatrizaram, e que ainda sangram.

Ao longo de mais de três séculos, o tráfico de escravos tornou o país palco de um dos mais dolorosos e duradouros exílios de que se tem notícia, sujeitando cerca de cinco milhões de seres humanos a um suplício inigualável, em números que podem ser muito maiores e que não refletem a totalidade da catástrofe, já que, além daqueles que efetivamente aportaram em terras brasileiras, o pesadelo também vitimou muitos outros, que pereceram durante o trajeto pelo Atlântico.

Nunca. Nunca se comerciou tanto preto quanto agora. A cidade cresceu, expandiu-se, o píer do cais do Valongo foi construído e finalmente desativado, mas seguimos entrando por todos os poros desta cidade [...]. Eu desci aqui, eu pisei na areia desta praia e depois vi os meus pisarem as pedras deste cais. E ainda vejo a massa esquelética que chega em ondas sucessivas. A cada um que chega, penso nos tantos que ficaram no caminho (CRUZ, 2018, p. 190).

Ao contrário de outros eventos protagonizados pelo espectro nefasto do exílio, cuja história buscou-se documentar minuciosamente, a experiência vivida pelos seres humanos escravizados no Brasil sofreu por muito tempo uma tentativa de apagamento, um processo que, embora ainda vigente, encontra a resistência daqueles que se dispõem a escancarar o horror a que estiveram sujeitas tantas vidas. Historicamente silenciadas, as vozes das milhões de pessoas ignoradas durante séculos, passaram a ecoar nos trabalhos de escritores como Eliana Alves Cruz, autora de *O crime do cais do Valongo* (2018), obra objeto do presente artigo.

Eliana, escritora e jornalista, já em seu romance de estreia, *Água de barrela* (2015), preocupou-se em resgatar a memória de suas próprias origens africanas, reconstruindo a saga de sua família desde suas origens na África, numa busca por recuperar e preservar um registro que, como os de milhões de outros descendentes de escravizados, sofrera um processo de apagamento e silenciamento contínuos. Seu segundo trabalho, *O crime do cais do Valongo*, mescla o romance histórico e policial, com a investigação de um assassinato ocorrido na região do cais do Valongo, no Rio de Janeiro, localidade em que, ao longo de décadas, desembarcaram centenas de milhares de africanos rumo a um destino de injustiças e sofrimento.

Tomando como base teórica os trabalhos de Alexis Nouss (2016), e seu conceito de *exiliência* e as reflexões de Edward Said sobre o exílio, além de discussões acerca da participação da mulher na literatura, a partir de pesquisas desenvolvidas pela professora e pesquisadora Lucia Osana Zolin (2021), o presente trabalho analisa o romance *O crime do Cais do Valongo*, de Eliana Alves Cruz, que narra o assassinato de um rico comerciante da cidade do Rio de Janeiro, nos últimos anos anteriores a independência do Brasil. A história é parcialmente narrada por Muana, escrava de origem moçambicana que aprendeu a ler num lazareto e que, desde a chegada ao *novo mundo*, fora cativa do figurão misteriosamente assassinado num dos becos do Valongo. Mulher negra, escravizada e escritora, Muana descortina uma história de dor, opressão e exílio vivida durante um dos períodos mais perniciosos da história do país, dando voz à tragédia de um povo historicamente silenciado.

2. Exílio e escravidão: duas faces de uma mesma moeda

Conforme já dito, muito embora o exílio seja uma personagem constante ao longo de toda a história da humanidade, no caso específico da experiência vivenciada pelos africanos escravizados, durante vários séculos, este foi um assunto deliberadamente negligenciado. Isso pode ser explicado, de maneira sucinta, porque à história dos negros era dada pouca ou nenhuma importância, já que costumavam ser vistos como objetos, com relevância meramente econômica e sem nenhum valor humano e, mesmo após a abolição da escravatura, a perpetuação de uma cultura racista, que se estruturou nas raízes da sociedade brasileira e de suas instituições, impediu que por muito tempo fosse possível juntar os fragmentos de uma memória pulverizada por séculos de violência e apagamento.

A experiência exílica experimentada por essas pessoas era, portanto, muito mais radical e nociva do que se pode imaginar, já que estavam literalmente acorrentados a uma terra estrangeira, sem qualquer possibilidade de deixá-la, não por conta de eventuais perigos ou dificuldades que os assombrassem desde o país natal, mas porque foram sequestrados de seus lares, trancafiados em porões e obrigados a enfrentar uma viagem longa e penosa para posteriormente serem vendidos como animais do outro lado do oceano. Impossibilitados de retornar, já que eram prisioneiros e não dispunham de meios para fazê-lo e tampouco conhecimento que lhes permitisse cruzar de volta o Atlântico até a terra de onde foram brutalmente separados, a esses indivíduos mesmo a esperança era um item escasso. Na condi-

ção de objetos, não estavam autorizados a ter vontade própria.

A tragédia dos seres humanos escravizados era dupla. Além da terra natal, perdiam também a liberdade; eram arbitrariamente obrigados a aprender e a se comunicar numa língua que não era a sua, separados de seus entes queridos, forçados a trabalhar até a mais absoluta exaustão, sofrendo com o açoite e torturas inimagináveis por razões diversas e injustificáveis. Comiam mal, descansavam pouco, sendo constantemente assombrados pelo pesadelo da viagem que os afastara para sempre de casa.

[...] marcados a ferro, loucos, cansados, doentes ou tão tristes que mal podíamos nos mover, finalmente embarcamos. O mar é um enorme rio salgado; impossível ver a margem oposta. O mar é o maior cemitério deste mundo. Quando aquele barco já estava havia 10 ou 12 dias no meio das ondas, começou a febre, a dor no corpo todo, na barriga e os vômitos, muitos vômitos. Quando as feridas com pus começavam a aparecer, as bexigas, o capitão não tinha dúvidas e jogava a “carga” no mar para não contaminar as outras (CRUZ, 2018, p. 138).

Apesar do trauma, a história desses exilados é uma tragédia a respeito da qual não se pode permitir que desça a sombra do esquecimento, pois a lembrança é também um meio de defesa, um grito contra toda a injustiça e o horror experimentados. Perpetuar essa memória é fundamental como uma espécie de alerta para que tais eventos não se repitam, servindo, ao mesmo tempo, como um monumento vivo em homenagem a todos aqueles vitimados por uma tal catástrofe.

O exílio nos compele a pensar sobre ele, mas é horrível de experienciar. Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heroicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (SAID, 2003, p. 47).

De fato, ecoando as palavras de Edward Said, no romance de Eliana Alves Cruz, nos deparamos com uma recusa, um verdadeiro ato de resistência levado a efeito pela protagonista, Muana, no sentido de não apenas pensar, resgatar e preservar sua história para si, como de passá-la adiante, perpetuá-la num esforço para mantê-la viva. Alfabetizada por uma freira num lazareto onde permaneceu por várias semanas após o desembarque no Brasil, é Muana, ela mesma, quem narra sua história, transgredindo todos os padrões “adequados” para uma mulher negra e escravizada no Brasil da primeira metade do século XIX.

Saber ler e escrever, embora potencialmente arriscado para alguém na posição da personagem, é também uma maneira de salvar a si mesma e àqueles que lhe são próximos de outros perigos reais. É a habilidade da protagonista que lhe confere o poder de saber o que se passa ao seu redor, de descobrir coisas que podem interferir em seu próprio destino, e no daqueles que lhe são caros, garantindo-lhes a possibilidade de ação.

O Nathanael, coitado, quase foi parar nos infernos, se eu não entendesse o que o senhor escrevia. Por isso, para saber sempre o que vão fazer esses senhores, agreguei outros treinos e letras ao que aprendi em minha terra e ao que a irmã Maria do

Carmo me ensinou no Lazareto, mas ninguém pode jamais descobrir que eu leio os avisos que ele coloca na Gazeta e também as cartas que me manda pôr no correio. Não é bisbilhotice, como pode alguém dizer. É proteção. Eu leio e eu escrevo, como estou escrevendo agora. O serviçal da Gazeta, o Justino, não pode desconfiar de modo algum! Deus o livre! Apenas de pensar estremeço. Baixar-me-iam ao azorrague, me poriam a ferros, vender-me-iam para algum engenho cruel como aquele, lá pelas bandas de Valença (CRUZ, 2018, p. 19).

Muana é incansável. A despeito das amarras, nem todas elas físicas, que tolhem seus movimentos, de estar sujeita à condição de objeto, ela não deixa de se autoafirmar, e luta com as armas de que dispõe para proteger a si e aos seus contra a opressão e as injustiças de que são vítimas. O enfrentamento de sua realidade, apesar de discreto, é dinâmico e ativo, o que nos remete às palavras de Alexis Nouss e ao seu conceito de *exiliência*, neologismo com o qual busca descrever o sentimento daquele que se encontra na condição de exilado, asseverando que:

Não existe nenhuma passividade na exiliência, porquanto não é nem sinal de ausência nem de perda; pelo contrário, representa a afirmação de um *ethos*. Núcleo existencial comum a todas as experiências de sujeitos migrantes, quaisquer que sejam as épocas, as culturas e as circunstâncias que as acolhem ou que as provocam, a exiliência declina-se em condição e consciência, podendo inclusive acontecer que as duas, em graus distintos, não coincidam: pode alguém sentir-se em exílio sem ser concretamente um exilado (consciência sem condição), como pode alguém ser um exilado em concreto, sem contudo sentir-se em exílio (condição sem consciência) (NOUSS, 2016, p. 53).

De acordo com Nouss, a *exiliência* pode se manifestar na vida de um indivíduo mesmo que este não esteja exilado de fato, mas que vive em circunstâncias tais que o façam experimentar a sensação de estar em exílio. Por outro lado, há pessoas que, mesmo exiladas, não se sentem nessa condição. No caso de Muana, a *exiliência* é vivenciada em condição e consciência, já que a personagem não apenas se encontra separada de sua terra natal e sem possibilidade de retornar, como experimenta toda dor e sofrimento que tal afastamento lhe inflige, é conhecedora de sua condição, reflete sobre ela, questiona-a, documenta-a.

Eu chorava silenciosamente [...]. Nem eu imaginava que, quando alguém me fizesse recordar do passado, eu transbordaria em tantas palavras de saudade [...]. Não consegui segurar. Eu sou uma filha da montanha, disse a ele. Em muitos momentos, para não me perder de quem eu era, repetia por horas de olhos cerrados: “*Miyo kokhuma o Namuli*” (fui gerada no monte Namuli. Sou uma macua-Lómuè... Isso não é importante para ninguém nesse lugar onde me encontro, mas para mim é tudo. É a única coisa realmente minha (CRUZ, 2018, p. 45).

A protagonista criada por Eliana Alves Cruz, assim como tantos outros exilados, jamais se acostuma completamente com a nova terra, e anseia, sofre, sonha com a lembrança do lar natal. Ela não se resigna, apenas procura se adaptar. Faz concessões, mas também se rebela. Nesse sentido, remetemo-nos novamente às palavras de Nouss (2016, p. 60), quando afirma que “até prova em contrário, o lugar de exílio será sempre injusto e o exilado sentir-se-á um rebelde, com seus valores a absorver uma experiência

sem mediação”. A condição de Muana, nesse caso, é duplamente injusta. Foi arrancada a força de seu lugar de origem e escravizada num país estrangeiro. Seus pequenos atos de transgressão, que acabam se revelando mais grandiosos do que a princípio parecem ser, são uma forma de desafiar a arbitrariedade de sua condição.

O exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito, plácido ou seguro. [...] a vida do exilado anda segundo um calendário diferente e é menos sazonal e estabelecida do que a vida em casa. O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente (SAID, 2003, p. 60).

Da narrativa de Eliana Alves Cruz, observa-se que, o pior dos cenários tem também seu próprio inferno. Aqui, para além de toda insegurança, dor e sofrimento pela perda do lar, há ainda a agravante hedionda que é o roubo da liberdade, a outra face de uma moeda com a qual se negociavam vidas humanas para sempre despedaçadas.

3. Exílio, silenciamento e representatividade: escrevendo a própria história

Conforme já destacado, além da condição de exilada, a protagonista de *O crime do cais do Valongo* enfrenta ainda os horrores da escravidão, é mulher no seio de uma sociedade patriarcal e representa, portanto, uma infinidade de vozes historicamente silenciadas. Seu martírio é o mesmo que o de milhões de pessoas e sua tristeza não pode ser superada, esquecê-la não é uma opção, por isso Muana escreve sobre ela, numa luta contra obstáculos pessoais e institucionais, já que, na condição de escrava, não lhe é permitido ser letrada. Escrever, portanto, é também uma espécie de rompimento com as regras que lhe são impostas, uma liberdade experimentada clandestinamente e que remete às palavras de Anzaldúa, em sua carta, *Falando em línguas*, na qual reflete:

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? [...] Como foi que me atrevi a tornar-me escritora enquanto me agachava nas plantações de tomate, curvando-me sob o sol escaldante, entorpecida numa letargia animal pelo calor, mãos inchadas e calejadas, inadequadas para segurar a pena? Como é difícil para nós pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós? (ANZALDÚA, 2000, p. 230).

Muana é consciente de que, no contexto em que vive, escrever, como questiona Anzaldúa, não é algo destinado a uma mulher como ela, sendo tampouco tolerado ou autorizado. Ela sabe que, se for pega, sofrerá consequências graves. Mesmo assim, não pode deixar de documentar sua história, contá-la é uma maneira de viver o luto pela terra natal perdida, pela vida que ficou para trás, a família, os amigos, seu grande amor, pela liberdade que lhe fora arrancada no momento em que colocou os pés no navio

que a traria ao Brasil.

Na Gazeta Rio de Janeiro, o Justino estendia sua mão para receber o papel, mas não conseguia decifrar nada do que estava escrito nele e pensava que eu era sem letras como ele e quase todos os outros. Muito senhor também não sabia. Mais um motivo para esconder muito bem escondido meu segredo, pois eles não toleram ver um preto ou uma preta saber alguma coisa que eles não sabem e que não é trabalho de força dos braços (CRUZ, 2018, p. 23).

Muana é uma rebelde, luta com as armas que tem para contestar, ainda que discretamente, a opressão sofrida como mulher negra e escrava. Seus cadernos não apenas denunciam os horrores a que eram sujeitos os escravizados no Brasil, mas também lhe conferem dignidade, a ela e aos seus, uma vez que retratam uma população incessantemente coisificada pelos brancos a partir de sua verdadeira face, a humana.

Segundo dados levantados pela pesquisa *Literatura de autoria feminina brasileira contemporânea: escolhas inclusivas?*, realizada por um grupo de pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá, coordenado pela professora Lucia Osana Zolin e cujos resultados foram publicados no artigo *Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina*, cerca de 25% dos romances publicados por mulheres por três entre as maiores editoras do mercado brasileiro, “tematizam questões e trajetórias de personagens relacionadas a exílio, migração, errância e outros deslocamentos” (ZOLIN, 2018, n.p.).

A mesma pesquisa aponta ainda que as escritoras desses romances são predominantemente brancas: 88 de um total de 91, ou 96,7%. Tais números refletem uma carência de representatividade de mulheres negras na literatura brasileira e, conseqüentemente, a de personagens negros que reflitam sobre sua condição, seu espaço na sociedade, seus dramas e conflitos, enfim, questões relacionadas à realidade da população negra no Brasil, considerando-se que, de acordo com Dalcastagné (2005, p. 48, apud ZOLIN, 2021, p. 299), a escrita repercute uma tendência a autorrepresentação e, portanto, o pouco espaço ocupado pelas escritoras negras no mercado editorial brasileiro implica uma menor representação do negro na literatura.

Apesar dos percalços, conforme observa Zolin (2021, p. 298), esse cenário aos poucos tem sido desafiado, no sentido de ampliar a representatividade, com “algumas editoras de menor porte e alcance mercadológico, as quais, progressivamente, vêm se especializando em colocar luz em vozes e identidades até então negligenciadas em favor da imagem de sujeitos supostamente universalistas”.

Dessa forma, a ascensão de escritoras negras como Eliana Alves Cruz, Ana Maria Gonçalves, cuja obra *Um defeito de cor* (2006) publicada pela Record se tornou rapidamente objeto de análise em diversos trabalhos acadêmicos, Conceição Evaristo, entre outras, representam uma contestação ao *status quo* que continuamente se esforçou para calar as vozes que essas mulheres representam. É com a conquista desses espaços que protagonistas como Muana se tornam possíveis em todo o seu esplendor, porque são fruto de um trabalho originado a partir da perspectiva do próprio silenciado.

Pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão,

do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar a partir do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Estamos falando, principalmente, que queremos e reivindicamos que a história sobre a escravidão no Brasil seja contada por nossas perspectivas também e não somente pela perspectiva de quem venceu (RIBEIRO, 2019, p. 85).

O fato de Muana, protagonista do romance, também ser escritora, já que documenta em seus cadernos episódios de sua vida como escrava no Brasil, além de falar sobre seu passado de liberdade em Moçambique, remete à importância de que todos possam ocupar e exercer o seu lugar de fala, de contar uma história sob a ótica dos legitimados pela experiência ou pela herança daquilo que estão contando. Além disso, reforça o papel da literatura como instrumento de resgate e preservação da memória. A escrita, aqui, é um ato de contestação e resistência, é um abrir de espaço por meio das palavras, e finalmente ocupar um lugar no mundo que sempre foi negado aos grupos historicamente marginalizados. É por meio da escrita que Muana diz ao mundo quem é e documenta essa identidade. Ela é consciente da relevância do que está fazendo, tanto é que empreende esforços para que seus escritos sejam preservados e que seu conteúdo seja passado adiante, ao exigir, por exemplo, que Nuno Moutinho, personagem a quem presta um favor, prometa-lhe, em troca de sua ajuda, que salvará o baú onde ela guarda os cadernos com suas histórias.

- Antes, jure, prometa que pegará o baú que está no quintal desta casa e guardará consigo. E prometa que o passará aos seus filhos.
- Mas eu não tenho filhos!
- Prometa!
- Como queira... eu prometo... – Falei sem muita convicção -. Está bem, eu juro! (CRUZ, 2018, p. 135).

Para Muana, é imperativo que a história de seu povo seja mantida viva, para que se vejam representados e, sobretudo, para que se tornem conscientes de que sua luta não foi em vão. Aliás, a temática da representatividade é explorada com bastante propriedade no romance, em que uma célebre personalidade negra do Brasil colonial é resgatada e trazida para as páginas da obra.

Eu acompanhei meu senhor com a noiva e seus pais para uma apresentação em uma casa na Praia de Dom Manoel, próxima ao Cais Pharoux. A madama havia chegado recentemente da Inglaterra, a terra do meu amigo. Como já relatei, o senhor Bernardo gostava de fazer-se importante e não saía para os lugares que considerava elegantes sem que eu fosse como mucama. O senhor se encantou com o teatro e eu, apenas vendo de esgueira por uma fresta na porta da cozinha, encantei-me mais ainda, pois ouvi e vi algo que julgava impossível: uma cantora negra! Era Maria Joaquina da Conceição Lapinha. Que voz! Seu rosto continha forte cosmético para torná-lo mais branco, mas era impossível esconder. A Lapinha era como eu (CRUZ, 2018, p. 159).

O espanto e o encantamento de Muana ao ver alguém como ela numa posição que jamais imaginara ser possível revela-se como um reflexo óbvio da escassez de representatividade de todas essas vozes silenciadas, dos

rostos apagados, borrados para parecerem brancos. Uma realidade que por muito tempo ficou inalterada, mas que começa a sinalizar que a força, beleza e pujança desses grupos, outrora forçados a se calar, jamais permitirão ser amordaçados de novo.

4. Considerações finais

A leitura do romance de Eliana Alves Cruz revela uma infinidade de diálogos possíveis com várias das questões que permeiam a realidade dos exilados, dos afrodescendentes, das mulheres e de outros grupos marginalizados da sociedade contemporânea, forçados a se calarem diante de circunstâncias as mais injustas, e cuja história foi constantemente apagada e negligenciada ao longo de séculos.

A partir de conceitos como *exiliência*, cunhado por Alexis Nouss, das discussões sobre exílio propostas por Edward Said, e da análise do espaço ocupado pelas mulheres na literatura atual, conforme pesquisas desenvolvidas pela professora Lúcia Osana Zolin, foi possível refletir a respeito do quanto esses temas ecoam de maneira profunda em nossa sociedade, e de como sua discussão ganha importância dia a dia, à medida que temas como escravidão, racismo e marginalização passam a ser abordados com a atenção e a sensibilidade que merecem, revelando sua conexão com tantos outros objetos, como os debatidos ao longo da presente reflexão.

Referências

ANZALDUA, Glória. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, vol 8, nº 1, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880/9106>. Acesso em: 15 nov. de 2021.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

NOUSS, Alexis. **Pensar o exílio e a imigração hoje**. Trad. de A. P. Coutinho. Porto: Editora Afrontamento, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2019.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

ZOLIN, Lúcia Osana. Elas escrevem sobre o quê?: temáticas do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. *Interdisciplinar – Revista de Estudos de Língua e Literatura*. São Cristóvão, UFS, vol. 35, nº 1, p. 13-40, jan.-jun., 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Bruno%C2%AE/Downloads/15685-Texto%20do%20artigo-46305-1-10-20210521.pdf>. Acesso em: 20 nov. de 2021.

ZOLIN, Lúcia Osana. Estratégias de subjetificação na ficção contemporânea de mulheres: exílio, migração, errância e outros deslocamentos. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, v. 40(2) e41656, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActSciLangCult/article/view/41656/pdf>. Acesso em: 12 nov. de 2021.

ZOLIN, Lúcia Osana. Um retrato do romance brasileiro contemporâneo de autoria feminina. **Revista Ártemis**, vol. XXXI, nº 1, p. 295-321, jan.-jun., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/56639/33770>. Acesso em: 10 nov. de 2021.